

Resolução n° 001/2018, de 20 DE março de 2018.

Institui normas internas dos procedimentos a serem adotados para concessão de prazo para finalização de projetos culturais aprovados pelo Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura - Funcultura, considerando os Decretos n° 45.473/17, n° 25.343/03 e o Decreto n° 45.508/17.

A **COMISSÃO DE ANÁLISE DE CAPACIDADE DE EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROJETOS APROVADOS PELO FUNCULTURA**, composta por **MARIA ANTONIETA DA TRINDADE GOMES GALVÃO**, na qualidade de presidente, e pelos membros **ALINE OLIVEIRA GOSMES DA SILVA**, **SILVANO LOPES VILA NOVA** e **TARCIANA GOMES PORTELLA**, conforme publicação no DOE, em 9 de março de 2018, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e:

CONSIDERANDO as exigências do Decreto Estadual n° 45.473/17, onde estabelece a criação de comissão específica objetivando a análise dos pedidos de concessão de prazos para finalização dos projetos culturais do Funcultura.

CONSIDERANDO os termos e exigências dos Decretos estaduais de n° 45.473/17, n° 25.343/03 e o Decreto n° 45.508/17.

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos administrativos para concessão e definição dos prazos instituídos pelo Decreto Estadual n° 45.473/17.

Resolve aprovar a seguinte **RESOLUÇÃO**:

TÍTULO I- DO OBJETO

DA COMISSÃO DE ANÁLISE INSTITUÍDA PELO DECRETO 45.473/17.

Art. 1° - Serão objeto de análise pela comissão, os projetos culturais que estiverem com prazo de execução expirado em definitivo até 21 de dezembro de 2017, data da publicação do Decreto Estadual n° 45.473/17.

Parágrafo primeiro: Entende-se como projetos não finalizados aqueles em que não há atestado de execução, bem como ausente a prestação de contas final.

TÍTULO II - FINALIDADE
DA COMISSÃO DE ANÁLISE INSTITUIDA PELO DECRETO 45.473/17 e SUA

Art. 2º - A comissão terá como finalidade apreciar e autorizar os projetos culturais que comprovem a plena capacidade de execução e prestação de contas.

TÍTULO III - DA FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO

Art. 3º - Os pedidos de concessão de prazo previsto no art. 1º do Decreto 45.473/17, deverão ser realizados através dos formulários constantes no anexo I da presente resolução.

Parágrafo único: O pedido deverá ser protocolado presencialmente na sede da Fundarpe, das 8h às 17h, situada na Rua da Aurora, 463/469, Boa Vista, Recife - PE, Cep: 50050-000. Informações pelo PABX (081) 3184-3000 / 3184-2630.

TÍTULO IV - DA ANÁLISE E POSICIONAMENTO DA COMISSÃO

Art. 4º - A análise da comissão será definida em 2 (duas) fases:

1ª - **Documental:** de caráter eliminatório, que consistirá no preenchimento dos requisitos determinados no artigo anterior;

2ª - **Mérito:** que consiste em aferir a capacidade de execução do projeto e da prestação de contas pelo proponente, cotejando a documentação apresentada com a nova proposta para finalização dos projetos.

Art. 5º - Após a conclusão da análise a comissão emitirá termo de conclusão dos trabalhos opinando pelo deferimento ou não do pedido.

Parágrafo único: O pedido deferido será encaminhado para presidência da Fundarpe, nos termos do § 3º do art. 2º do Decreto Estadual nº 45.473/17. O indeferimento consistirá na devolução do processo ao setor competente onde seguirá o rito normal da prestação de contas ou tomada de contas.

TÍTULO IV - DA CONCESSÃO DE PRAZO

Art. 6º - A concessão do prazo descrito no art. 1º do Decreto 45.473/17, dependerá de notificação da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe, após avaliação da comissão.

Parágrafo único: a contagem do prazo para finalização dos projetos será iniciada no primeiro dia útil após a notificação da Fundarpe.

TÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - A presente resolução e todos os seus anexos estarão disponibilizados no sítio www.cultura.pe.gov.br.

Art. 8º - Esta resolução normativa entra em vigor nesta data.

MARIA ANTONIETA DA TRINDADE GOMES GALVÃO
Presidente da comissão

ALINE OLIVEIRA GOSMES DA SILVA
Membro

SILVANO LOPES VILA NOVA
Membro

TARCIANA GOMES PORTELLA
Membro